



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM

04323/2015/001/2015
0089677/2020
20/02/2020
Pág. 1 de 10

Anexo de condicionantes nº 0089677/2020 (SIAM)
aprovado na 38ª RO da CAP realizada no dia 20/02/2020.
Parecer Único: 0032024/2020

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	04323/2015/001/2015	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO:	Licença de Operação Corretiva	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Outorga – Barramento com regularização de vazão	6882/2015	Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR:		Rio Rancho Agropecuária S/A		CNPJ:	22.619.217/0001-17								
EMPREENDIMENTO:		Rio Rancho Agropecuária S/A		CNPJ:	22.619.217/0001-17								
MUNICÍPIO:		Grão Mogol/MG e Padre Carvalho/MG		ZONA:	Rural								
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): SAD 69 - UTM (23K)						Y: 8.197.247 m	X: 748.055 m						
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:													
<input type="checkbox"/>		INTEGRAL		<input checked="" type="checkbox"/>	x		ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/>	USO SUSTENTÁVEL		<input type="checkbox"/>	NÃO	
BACIA FEDERAL:				Rio Jequitinhonha				BACIA ESTADUAL:		Córrego Curral de Vara			
UPGRH:				JQ1- Alto Rio Jequitinhonha				SUB-BACIA: Rio Vacarias					
CÓDIGO:		ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):						CLASSE					
G-01-03-1		Silvicultura						4					
RESPONSÁVEL TÉCNICO:						REGISTRO:							
Vicente de Paulo Resende – Reserva Técnica Consultoria Ambiental						9420/D							
AUTOS DE FISCALIZAÇÃO:				031/2016 e 66322/2020									



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) do Bloco Cancela / Rio Rancho Agropecuária S/A.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1.	Apresentar Relatório Consolidado Anual com o status/andamento do cumprimento de todas as condicionantes. Observações: O relatório deverá ser protocolado em formato físico (em pasta de dois furos) e digital (PDF editável). - O relatório trata-se de apresentação de todos os protocolos com respectivas datas, evidenciando o cumprimento de condicionantes, bem como casos de alteração, prorrogação ou exclusão de condicionantes. - Mapas/plantas topográficas deverão ser apresentadas em formato físico (em escala que permita visualização) e digital (no formato <i>shapefile</i>).	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
2.	Executar o Programa de Automonitoramento , conforme estabelecido no Anexo II. Observações: - Todos os resultados de automonitoramento deverão fazer parte do Relatório Único de Automonitoramento (descrito no anexo II). - Este relatório deverá vir acompanhado de laudos técnicos com análises críticas dos resultados amostrados, assim como da eficiência dos sistemas de mitigação propostos pelo empreendedor, a fim de analisar o desempenho ambiental atingido pelo empreendimento.	Durante a vigência da licença.
3.	Executar Programa de Educação Ambiental , conforme cronograma executivo apresentado (Anexo V) e em observância a DN COPAM nº 214/2017. Apresentar relatório anual detalhando todas as ações realizadas.	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
4.	Apresentar novo cronograma com as ações do Programa de Educação Ambiental (PEA) .	Em até 06 (seis) meses antes do final do período definido no cronograma executivo inicialmente apresentado.
5.	Executar o Programa de Monitoramento de Fauna para as classes mastofauna (pequeno, médio e grande porte e quiropterofauna),	Durante a vigência da licença.



	avifauna, herpetofauna, Ictiofauna e entomofauna. Ressalta-se que deverá ser incluído métodos de monitoramento específicos para todas as espécies ameaçadas diagnosticadas no levantamento. O monitoramento deverá ser executado de acordo com todas as complementações solicitados na emissão da AMF emitida para Licença.	
6.	Estabelecer parceria junto a instituições científicas capacitadas para elaboração de projeto para avaliar novas formas de manejo e conservação da fauna ameaçada diagnosticada nos estudos apresentados no empreendimento.	Em até 04 anos após a concessão da licença.
7.	Executar o projeto desenvolvido em parceria com instituição científica com apresentação de relatórios anuais.	Após apresentação e aprovação do projeto pela SUPRAM NM, e durante toda a vigência da licença.
8.	Apresentar relatórios técnicos , periodicidade anual, com ART, comprovando a execução das ações propostas nos planos/ programas, conforme cronogramas específicos. - Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF; - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; - Programa de Monitoramento das Águas Superficiais; - Programa de Prevenção e Combate a Incêndio; - Programa de Gestão de Efluentes Líquidos; - Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
9.	Fiscalizar semestralmente os empreendimentos terceirizados que operam suas atividades no Bloco Cancela, de forma a evitar que estes realizem práticas que possam causar poluição e degradação ambiental. Apresentar relatório das visitas realizadas nestes empreendimentos terceirizados detalhando toda a gestão ambiental dos mesmos.	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
10.	Apresentar cópia do protocolo no órgão gestor do Parque Estadual de Grão Mogol do Relatório Anual de cumprimento das recomendações constantes no termo de anuência (Anexo IV).	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
11.	Apresentar protocolo de cadastramento de segurança de barragem junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).	Até 30 dias após a publicação da portaria de outorga.



12.	Apresentar anualmente protocolo de cumprimento de todas as determinações impostas pelo IGAM quanto às questões relacionadas à segurança de barragens.	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
13.	Realizar delimitação física das áreas que serão retiradas da ADA, definidas como de proteção das cavidades naturais subterrâneas (CAV 01, CAV 02, CAV 04, CAV 05, CAV 08, CAV 09 e CAV 28), conforme figuras 05 a 09, bem como sinalizar através de placas indicativas a proibição de novas intervenções nessas áreas.	Até 60 dias após a concessão da licença.
14.	Realizar delimitação física da área que será retirada da ADA, definida como entorno dos 250 metros da projeção horizontal da cavidade CAV 31 , bem como sinalizar através de placas indicativas a proibição de novas intervenções nessas áreas.	Até 60 dias após a concessão da licença.
15.	Apresentar relatório anual técnico-fotográfico detalhado para todas as cavidades e de suas respectivas áreas de influência identificadas na ADA e entorno de 250 metros do empreendimento.	Até 31 de Janeiro do ano subsequente, durante a vigência da licença.
16.	Fornecer arquivos digitais em formato <i>shapefile</i> com a identificação e as projeções horizontais das cavidades naturais subterrâneas identificadas nos estudos espeleológicos e as poligonais das respectivas áreas de influência, descrevendo-se também os atributos de cada cavidade e área de influência, conforme anexo V – Tabela de Atributos para Apresentação de Dados Geoespaciais da Instrução de Serviço SISEMA nº 08/2017 – Revisão 1. Deverão ser atendidas as demais especificações técnicas previstas na Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.684/2018. Ressalte-se que a cavidade que for identificada nos estudos, mas que não for avaliada em razão da ausência de impactos negativos poderá ser indicada como ponto, e sua área de influência, caso não definida, será excepcionalmente considerada na forma circular, com raio de 250 (duzentos e cinquenta) metros.	Até 90 dias após a concessão da licença.
17.	Comprovar o cadastro, no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE) , de todas as cavidades naturais subterrâneas identificadas.	Até 120 dias após a concessão da licença
18.	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de	Até 60 dias após a concessão da licença.



	cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº. 9.985/00 (SNUC) e Decreto estadual nº. 45.175/09 alterado pelo Decreto nº. 45.629/11 , de acordo com os procedimentos estipulados pela Portaria IEF Nº. 55, de 23 de abril de 2012. Apresentar a Supram NM comprovação deste protocolo.	
19.	Protocolar a documentação exigida no Anexo 3 da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 para encerramento da atividade desativada de abastecimento de veículos na área da antiga Serraria.	Até 120 dias após a concessão da licença.
20.	Cadastrar a área desativada de abastecimento de veículos no Banco de Declarações Ambientais (site da FEAM).	Até 30 dias após a concessão da licença.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram -NM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) do Bloco Cancela / Rio Rancho Agropecuária S/A.

Relatório Único de Cumprimento do Programa de Automonitoramento

Todos os aspectos ambientais a serem monitorados deverão compor o escopo do Relatório Único de Cumprimento do Programa de Automonitoramento. Este relatório deverá ser protocolado anualmente na SUPRAM NM, sempre em janeiro do ano subsequente.

Estes relatórios deverão vir acompanhados de laudos técnicos com análises críticas dos resultados amostrados, assim como da eficiência dos sistemas de mitigação propostos pelo empreendedor, a fim de analisar o desempenho ambiental atingido pelo empreendimento.

1. Efluentes Líquidos e Cursos Hídricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Na Entrada e na Saída das <u>ETE</u> instaladas: 1 - Alojamento; 2 - Refeitório; 3 - Oficina; 4 - Casa de funcionários; 5 - Casa sede; 6 - Casa Sede; 7 - Escritório; 8 - Serraria Cancela; 9 - Serraria Paulo; 10 - Serraria Curral de Varas; 11- Portaria;	DBO, DQO, pH, Óleos e graxas, Sólidos em suspensão, Materiais sedimentáveis e Substâncias tensoativas.	Semestral. Meses de coleta: Março e Setembro.
Entrada e saída das <u>Caixas Separadoras de Água e Óleo</u> (CSAO) que atendem as seguintes áreas: 1 - Lavador de veículos e; 2 - Oficina.	DQO, pH, Sólidos em suspensão, Materiais sedimentáveis, Óleos e graxas, Substâncias tensoativas e fenóis.	Semestral. Meses de coleta: Março e Setembro.



<u>Cursos hídricos.</u> Conforme pontos indicados no Programa de Monitoramento:				
Ponto	X	Y		
01-	8199230	730972		
02-	8197731	732341		
03-	8195324	739360		
04-	8193185	738629		
05-	8197041	741218		
06-	8198480	742222		
07-	8202855	746783		
08-	8205913	748924		
09-	8199079	746632		
10-	8204161	751919	DBO, pH, Oxigênio dissolvido, Sólidos em suspensão, Sólidos dissolvidos, Fosforo total, Nitrato, Turbidez, Densidade de cianobactéria, Clorofila a, Cor verdadeira, Coliformes termotolerantes, Glifosato e Sulfluramida	Semestral. Meses de coleta: Março e Setembro.
11-	8203300	754150		
12-	8203969	752729		
13-	8203012	755994		
14-	8202419	757327		
15-	8197032	746078		
16-	8197036	749587		
17-	8194198	749898		
18-	8195238	750305		
19-	8192092	748206		
20-	8192111	749741		
21-	8199342	754071		
22-	8199423	754716		
23-	8200293	754983		
24-	8200007	754914		
25-	8199434	755224		
26-	8198658	756514		
27-	8201126	759524		
28-	8200565	759550		
29-	8201130	761228		
30-	8199839	760624		
31-	8199607	762112		
32-	8199607	761793		



33-	8198620	761303		
34-	8193525	764866		
35-	8192875	765043		
36-	8193200	765138		
37-	8190548	761261		
38-	8191051	762010		
39-	8189000	760237		
40-	8184874	763691		
41-	8189884	763458		
42-	8184831	762626		

*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

II) Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: Seguir os prazos dispostos na DN COPAM 232/2019:



Resíduo				Transportador		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO total do semestre (tonelada/semestre)			Obs.
Denominação e código da lista IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador Empresa responsável		Quantidade de destinada	Quantidade gerada	Quantidade armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.1 Observações:

· O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

· O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

· As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

· As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.



IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM NM, face ao desempenho apresentado;

A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.